

# INTERNACIONALIZAÇÃO DO RENMIMBI: O CASO DOS ACORDOS DE SWAP CAMBIAL COMO *FINANCIAL STATECRAFT* CHINÊS

**Autor:** Marlon Silva Martins<sup>1</sup>

**Filiação Institucional:** UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**INTRODUÇÃO:** Nos últimos anos, a China caminhou na direção de se tornar a segunda economia e a maior parceira comercial do mundo. Contudo, tal posição de destaque no comércio internacional não concedeu o mesmo grau de influência da economia estadunidense principalmente por uma questão monetária. No atual sistema monetário internacional (SMI), chamado padrão dólar flexível, os EUA podem financiar seus déficits externos via emissão de dívida denominada na moeda de emissão própria (SERRANO, 2002). Além disso, não é necessário que o *Federal Reserve* mantenha fixo o valor da moeda, podendo intervir à vontade na sua cotação, segundo seus interesses. Emitir a moeda chave do sistema também pode servir de arma, por exemplo, impedindo que o banco central russo negocie dólares. Percebendo esse “privilégio exorbitante” e, desejando blindar-se da dependência de dólares enquanto aumenta a própria influência, o Conselho de Estado Chinês elaborou um plano para internacionalizar sua moeda, o Renmimbi (RMB). À medida que a internacionalização do renmimbi avança, a iniciativa tem potencial para alterar profundamente o SMI. Assim, o presente trabalho analisa o processo de internacionalização do RMB através dos dados recentes e instrumentos como os acordos multilaterais de SWAP cambial.

**DESENVOLVIMENTO:** Tem-se argumentado que a baixa conversibilidade do RMB representou um entrave para sua ampla utilização (DE SOUSA; DALDEGAN, 2021) e que os acordos de swap pouco fizeram para avançar os interesses chineses (MCDOWELL, 2019). Porém, desde que se iniciou o processo de internacionalização, a China celebrou acordos de swap com 40 nações, somando 4 trilhões de yuans em 2020. Parte considerável desses são operados por países de economias consideradas emergentes, em especial do sudeste asiático, da África subsaariana e, principalmente, da América Latina. Nas Américas, a principal parceira chinesa nesses acordos é a Argentina, devido a sua dependência estrutural de divisas. Em janeiro de 2023, os governos dos dois países expandiram seu acordo para aproximadamente RMB 130 bilhões, quase duas vezes o valor original. Embora a adesão de outros países seja relativamente baixa, os acordos bilaterais, junto de outras ferramentas como os fundos de reserva em RMB, concessão de crédito e a Iniciativa Cinturão e Rota, permitem à China avançar na internacionalização sem abrir sua conta de capitais.

**CONCLUSÃO:** Desde 2008, dos quatro países latinos que firmaram acordos de swap com a China (Argentina, Brasil, Chile e Suriname), apenas a Argentina tem feito uso desse instrumento. O planejamento chinês é, entretanto, pensado no longo prazo e executado em múltiplas frentes. Assim, o emprego relativamente baixo dos swaps não indica falência ou estagnação do processo, mas sim que esses acordos devem crescer em relevância à medida que cresce a conversibilidade da moeda chinesa.

**REFERÊNCIAS:** DE SOUSA, A. T. L. M.; DALDEGAN DE FREITAS, W. A CHINA E OS ACORDOS DE SWAP CAMBIAL COM ARGENTINA, BRASIL, CHILE E SURINAME. *Revista Tempo do Mundo*, n. 24, p. 251-282, 10 mar. 2021.

MCDOWELL, D. The (ineffective) financial statecraft of China's bilateral swap agreements. *Development and Change*, v. 50, n. 1, p. 122-143, 2019. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/dech.12474>>. Acesso em: 3 mar. 2023.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar-flexível. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 237-253, jul/dez. 2002.

---

<sup>1</sup> Orientador: Marcelo Pereira Fernandes